



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

DANDARA WANESSA NASCIMENTO GOMES LIRA

**EXPERIÊNCIAS DE INVISIBILIDADE: DISCUTINDO A ACESSIBILIDADE
DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA UFPB**

João Pessoa - PB

2019

DANDARA WANESSA NASCIMENTO GOMES LIRA

**EXPERIÊNCIAS DE INVISIBILIDADE: DISCUTINDO A ACESSIBILIDADE
DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA UFPB.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
à Universidade Federal da Paraíba – UFPB,
como parte dos requisitos para obtenção da
Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Dra. Adenize Queiroz de Farias.

João Pessoa - PB

2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L768e Lira, Dandara Wanessa Nascimento Gomes.

EXPERIÊNCIAS DE INVISIBILIDADE: DISCUTINDO A
ACESSIBILIDADE DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA UFPB /
Dandara Wanessa Nascimento Gomes Lira. - João Pessoa,
2019.

49 f.

Orientação: Adenize Queiroz de Farias.
Monografia (Graduação) - UFPB/CE.

1. Invisibilidade. 2. Acessibilidade. 3. Educação
Especial. 4. Pessoas com deficiência. 5. Ensino
Superior. I. Farias, Adenize Queiroz de. II. Título.

UFPB/BC

DANDARA WANESSA NASCIMENTO GOMES LIRA

Experiências de invisibilidade: discutindo a acessibilidade de estudantes com deficiência na UFPB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, como parte das exigências para obtenção da Licenciatura Plena em Pedagogia.

Aprovado em 14 de maio de 2019.*

Banca Examinadora

Adenize Queiros de Farias

Dr^a Adenize Queiros de Farias – UFPB
Orientadora

Izaura Maria de Andrade da Silva

Dr^a Izaura Maria de Andrade da Silva – UFPB
Examinadora

Munique Massaro

Dr^a Munique Massaro – UFPB
Examinadora

João Pessoa
2019

Dedico este trabalho aos meus pais Valci Lira e Waneide Maria (In memoriam), que não puderam estar fisicamente na conclusão dessa etapa da minha vida, mas que sonharam junto comigo esta conquista, e estarão sempre em meu coração. Obrigada por tudo!

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu Pai, pelo dom da vida e por sua graça em minha vida, sem ele eu nada seria.

Aos meus pais que partiram cedo, mas que me ajudaram a ser a mulher que sou, dedicando amor e apoio em minha caminhada.

Ao meu amado marido e companheiro de vida, que compartilhou todas as angustias deste trabalho comigo.

A minha filha Hannah, razão do meu viver, que Deus enviou para que me fortalecesse ainda mais.

A minha tia Lucila, minha segunda mãe, que cuidou de mim e da minha filha sempre com muito zelo. Sem ela, com certeza seria muito difícil chegar até o fim.

Aos meus professores, que contribuíram imensamente para esta jornada e fizeram de mim uma pedagoga.

A minha orientadora, Adenize, que além disto, se tornou amiga e mãe, pela paciência, parceria e apoio, principalmente na construção deste trabalho.

Aos colegas que colaboraram para a realização desta pesquisa.

E aos amigos que a UFPB me deu: Heloisa, Karla, Fabrícia, Túlio, Israel, Rodolfo, Sheila, Jeane, Elyêuda e Luziel, pelas risadas, apoio e momentos importantes no meio de tanta agitação e estresse.

A todos, muito obrigada!

"Se você deixa de ver a pessoa, enxergando apenas a deficiência, quem é o cego?
Se você deixa de ouvir o grito de seu irmão por justiça, quem é o surdo?
Se você não pode se comunicar com seu irmão e o isola, quem é o mudo?
Se sua mente não permite que seu coração alcance seu vizinho, quem é o deficiente?
Se você não se levanta para defender os direitos de todos, quem é o aleijado?
A atitude para com as pessoas que precisam de nossa ajuda, pode ser a nossa maior deficiência..."

(Autor Desconhecido)

RESUMO

Vivemos em uma sociedade excludente em vários âmbitos. Nessa perspectiva, tudo aquilo que foge aos padrões de normalidade, é menosprezado ou inferiorizado. Portanto, qualquer pessoa que não se enquadre em tais padrões, pode passar a não ser percebida pela sociedade. Partindo dessa afirmação, a presente pesquisa discute a ausência de acessibilidade, decorrente das barreiras geradas por meio de atitudes de estudantes e/ou profissionais da Universidade Federal da Paraíba. O objetivo deste estudo é explicitar experiências, que evidenciam a invisibilidade de estudantes com deficiência no ensino superior. Se trata de uma pesquisa qualitativa, para o alcance dos objetivos, adotou-se como metodologia para coleta de dados as entrevistas semiestruturadas realizadas, junto a estudantes com deficiência da comunidade acadêmica da Universidade Federal da Paraíba, as quais foram gravadas, para compreender como se materializa a invisibilidade dessas pessoas. Os participantes da pesquisa foram cinco estudantes, classificados com deficiência múltipla, motora, visual e baixa visão de diferentes cursos. As entrevistas ocorreram por meio de um encontro individual com cada entrevistado. Após a coleta dos depoimentos dos entrevistados, estas foram transcritas e analisadas. O lócus da pesquisa foi o campus I da Universidade Federal da Paraíba. Com a análise dos dados coletados, foi possível perceber que os estudantes com deficiência não se sentem incluídos na instituição, por falta de estrutura física, mas principalmente pela falta da sensibilidade das demais pessoas, que não os percebem presentes na dinâmica da instituição.

Palavras-chave: Invisibilidade. Acessibilidade. Educação Especial. Pessoas com deficiência. Ensino Superior.

ABSTRACT

We live in an exclusionary society in various spheres. From this point of view, everything that goes beyond normality is either disparaged or inferior. Therefore, anyone who does not conform to such standards may not be perceived by society. Based on this assertion, the present research discusses the lack of accessibility, due to the barriers generated through the attitudes of students and / or professionals of the Federal University of Paraíba. The purpose of this study is to explain experiences that highlight the invisibility of students with disabilities in higher education. This is a qualitative research, in order to reach the objectives, the semi-structured interviews carried out, together with students with disabilities from the academic community of the Federal University of Paraíba, were used as data collection methodology. materializes the invisibility of these people. The participants of the research were five students, classified with multiple disabilities, motor, visual and low vision of different courses. The interviews took place through an individual meeting with each interviewee. After the interviewees' statements were collected, they were transcribed and analyzed. The locus of the research was campus I of the Federal University of Paraíba. With the analysis of the data collected, it was possible to perceive that students with disabilities do not feel included in the institution, due to a lack of physical structure, but mainly due to the lack of sensitivity of other people, who do not perceive them present in the dynamics of the institution.

Keywords: Invisibility. Accessibility. Special education. Disabled people. Higher education.

LISTA DE SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

CIA – Comitê de Inclusão e Acessibilidade

ECA – Estatuto da criança e do adolescente

LBI – Lei Brasileira de Inclusão

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

NEDESP – Núcleo de Educação Especial

ONU – Organização das Nações Unidas

PNE – Plano Nacional de Educação

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

Sumário

| | |
|---|--------------------------------------|
| Introdução | 12 |
| Capítulo 1- Invisibilidade, acessibilidade e deficiência: como compreender esta relação? | 15 |
| 1.1 Invisibilidade e deficiência: uma construção histórica | 15 |
| 1.2 Acessibilidade: o que é, e como pensá-la no contexto da deficiência | 21 |
| 1.3 As Políticas de inclusão e acessibilidade no contexto da deficiência | 23 |
| 1.4 Ensino superior, pessoas com deficiência e acessibilidade | 28 |
| Capítulo 2 - Percurso Metodológico..... | Erro! Indicador não definido. |
| 2.1 Método..... | 31 |
| 2.2 Local da Pesquisa | 32 |
| 2.3 Participantes | 32 |
| 2.4 Instrumento de Coleta de Dados..... | 34 |
| 2.5 Processamento e análise dos dados..... | 34 |
| Capítulo 3 - A pesquisa em análise: vozes dos estudantes com deficiência | 35 |
| 3.1 Experiências de exclusão e invisibilidade | 35 |
| 3.2 Barreiras atitudinais..... | 37 |
| 3.3 Capacitismo | 38 |
| 3.4 Dificuldades de acesso e ausência de acessibilidade | 39 |
| Conclusão | 40 |
| REFERÊNCIAS | 42 |
| APÊNDICES | 46 |

Introdução

A inquietação para a escolha deste tema de pesquisa surgiu do convívio com estudantes com deficiência visual, que por meio de seus relatos apontam uma série de problemas na estrutura física da universidade, o que torna evidente a exclusão destes estudantes no ambiente acadêmico. Outros elementos determinantes para esta escolha foram o componente curricular Educação Especial, cursado no 4º período, como também minha experiência enquanto aluna apoiadora, nos quais pude perceber nitidamente os desafios cotidianamente enfrentados pelos estudantes com deficiência com quem convivi dentro da universidade.

Este estudo tem como objeto as barreiras geradas por meio de atitudes de colegas de turma e/ou profissionais, as quais se convertem em experiências de invisibilidade de estudantes com deficiência do campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pretende-se, especificamente, delimitar um recorte, envolvendo um contingente formado por cinco alunos com deficiência, que, por meio de entrevista serão consultados em relação a sua percepção acerca da acessibilidade arquitetônica, pedagógica e, sobretudo, atitudinal, vivenciada no seu cotidiano acadêmico.

Diante da problemática proposta para esta investigação, a qual diz respeito a invisibilidade dos estudantes com deficiência no campus I da Universidade Federal da Paraíba, elegemos como questões de pesquisa: Como os alunos com deficiência se percebem na relação com seus colegas e professores? Até que ponto sua condição é visibilizada entre aqueles que os rodeiam?

Não é de hoje que se sabe, que, em qualquer nível de ensino, a acessibilidade na estrutura física das instituições educacionais é imprescindível para a garantia do processo de aprendizagem aos estudantes com ou sem deficiência, daí a necessidade de haver cadeiras suficientes, salas arejadas, quadro intacto, portas largas para o acesso de cadeirantes, piso tátil, professores preparados, dentre outras condições.

Atualmente, observa-se que a pessoa com deficiência já está inserida nos espaços educacionais, seja na escola básica seja no ensino superior. Entretanto, apesar do constante crescimento no número de matrículas destes estudantes, não se oferece a estrutura adequada para atender às reais necessidades deste público alvo.

O discurso culturalmente vigente até o final da década de 1980, período que caracterizou a integração educacional dos estudantes com deficiência, diz respeito ao

fato de que, para ingressar na escola ou na sociedade estes estudantes precisavam se adaptar as suas estruturas. , A inclusão, por sua vez, se trata de um processo contrário, tendo em vista que é a estrutura de nossas escolas, dos serviços de saúde, enfim da sociedade em geral, que precisa se abrir para acolher as demandas específicas destas pessoas.

Nos dias atuais, se adota o discurso da inclusão, mas na prática ainda é possível constatar em muitos espaços educacionais, que a concepção defendida é a da integração.

Nessa perspectiva, compreende-se que pensar a acessibilidade implica na construção de uma escola e uma sociedade inclusiva, não apenas para os estudantes com deficiência, uma vez que a acessibilidade se caracteriza como um direito garantido às pessoas com deficiência, mas que também beneficia à todos os cidadãos, razão pela qual, considera-se necessário por parte da universidade a expansão de pesquisas e produção de conhecimento nesta área.

Diante deste cenário, compreende-se que o olhar para essa questão é de extrema importância, se considerarmos que a ausência da acessibilidade se materializa por meio de experiências de invisibilidade, as quais, no percurso educacional de estudantes com deficiência, envolvem uma série de processos sociais e humanos que precisam ser urgentemente investigados. Portanto, esta pesquisa contribuirá para a busca de novas reflexões, e conseqüentemente para construção de novas estratégias no atendimento aos estudantes com deficiência, no ensino superior.

Pretende-se ainda, ampliar a produção teórica acerca desta problemática, que neste estudo será fortalecida por meio das vozes de estudantes com deficiência do campus I da UFPB, que, em seus relatos, destacam experiências de invisibilidade vivenciadas em sua trajetória acadêmica.

Espera-se, em outras palavras, que este estudo auxilie os estudantes com deficiência da UFPB, no enfrentamento dos desafios que se apresentam diariamente durante sua permanência na universidade, a fim de que, não interrompam esta etapa de suas vidas e cheguem a concluir com êxito o curso superior.

Assim sendo, esta pesquisa tem como objetivo geral: explicitar experiências, que evidenciam a invisibilidade de estudantes com deficiência no ensino superior.

Definiram-se ainda alguns objetivos específicos que conduzem este trabalho, a saber: investigar a opinião dos alunos com deficiência, acerca de, como estes são percebidos pela comunidade acadêmica da UFPB; registrar os relatos dos estudantes

com deficiência em relação as melhorias na estrutura física, com vistas a garantia de condições de acesso e permanência na universidade; apresentar as principais dificuldades de interação e participação dos estudantes com deficiência na academia; discutir a importância da acessibilidade atitudinal para o processo de aprendizagem destes estudantes.

Para o alcance de tais objetivos, fez-se uso de pesquisa de campo envolvendo abordagens qualitativas, privilegiando-se as entrevistas como método viável para coleta dos dados.

Este texto está organizado da seguinte forma: No primeiro capítulo, está disposto quatro seções. Apresenta-se o conceito de invisibilidade, procurando construir a relação entre este conceito e a deficiência, concebida aqui não pelo viés médico patológico, mas a partir de uma perspectiva social.

Na sessões seguintes, apontou-se importantes reflexões acerca da legislação, como também das políticas públicas que envolvem a acessibilidade de pessoas com deficiência no Brasil, com ênfase para o ensino superior. Destaca-se ainda, uma série de barreiras atitudinais cotidianamente vivenciadas por estes estudantes, as quais fortalecem sua invisibilidade no âmbito da universidade e da sociedade em geral.

Após o percurso metodológico, explicitado no segundo capítulo, apresentam-se os dados coletados na investigação, o que se fará por meio de um diálogo entre os depoimentos dos entrevistados e o referencial teórico da área da educação inclusiva. Por fim a pesquisadora faz suas considerações e conclusões acerca do tema em foco.

Capítulo 1- Invisibilidade, acessibilidade e deficiência: como compreender esta relação?

Nos últimos vinte anos, tem se efetivado uma ampla discussão em torno da inclusão das pessoas com deficiência, como consequência nota-se um avanço significativo nas políticas públicas de inclusão, acesso e permanência destas pessoas em todos os níveis da educação, inclusive, no ensino superior. Porém, ainda não conseguimos derrubar as barreiras presentes nos ambientes, sobretudo as atitudinais, que geram a invisibilidade das pessoas com deficiência. Este tem sido um tema emergente na área da Educação, pois percebe-se a importância de problematizar esta temática na tentativa de sensibilizar a sociedade de modo geral.

Nessa perspectiva, neste capítulo discute-se sobre a relação invisibilidade e deficiência, a importância da acessibilidade, as leis que regem e garantem os direitos de inclusão das pessoas com deficiência e por último o contexto da inclusão no ensino superior.

1.1 Invisibilidade e deficiência: uma construção histórica

Essa sessão apresenta conceitos e discussões que, no contexto deste estudo, são significativas, uma vez que, oferecem as bases teóricas necessárias à compreensão do objeto desta investigação: as barreiras geradas por meio de atitudes de colegas de turma e/ou profissionais, as quais se convertem em experiências de invisibilidade de estudantes com deficiência do campus I da UFPB.

Para tanto serão apresentados aqui, o conceito de invisibilidade, tanto na perspectiva social como psicológica, e o conceito de deficiência entendido pelo viés social.

Se pararmos para refletir, quase não vemos pessoas com deficiência em espaços públicos. Vivemos em uma sociedade excludente em vários âmbitos. Nessa perspectiva, tudo aquilo que foge aos padrões de normalidade, é menosprezado, inferiorizado e as vezes é demasiadamente enaltecido. Portanto, qualquer pessoa que não se enquadre em tais padrões, pode passar a não ser percebida pela sociedade. A este processo, denomina-se invisibilidade.

De acordo com o dicionário da plataforma digital Google a palavra invisibilidade é definida como “qualidade, condição, atributo do que é invisível, do que não

apresenta visibilidade.” Para além do que está contido no dicionário, pode-se afirmar que a invisibilidade social se trata de um conceito amplo e abrangente, atualmente abordado por inúmeras áreas de conhecimento. Nas palavras de Rodrigues Junior, o qual desenvolveu importante pesquisa tratando da relação entre sociologia, invisibilidade e trabalho, esta pode ser entendida como:

as relações sociais em que os sujeitos não têm a sua capacidade cognitiva reconhecida, sendo privados de relações dialógicas, em determinado campus, como consequência das relações de poder, evidenciada na interação com outros grupos sociais (RODRIGUES JUNIOR, 2006. p. 6).

A fala acima deixa claro, que o fato de determinadas pessoas ou grupos manifestarem certas dificuldades na demonstração de suas capacidades os torna inferiores, logo, invisíveis do ponto de vista social.

Outra área de conhecimento que traz este conceito, é a psicologia, por meio dos estudos do Doutor em Psicologia Social, Fernando Braga da Costa, que explica como esse fenômeno ocorre:

A gente pode associar o fenômeno da invisibilidade pública especialmente à segregação social em classes, coisa que não é invenção do capitalismo, mas que o capitalismo perpetua, naturaliza. Isso também é sustentado por aspectos psicológicos. Isto é, avaliações individuais de pessoa para pessoa. Portanto, se refere à sensibilidade a partir da presença de alguém perto dessas pessoas (COSTA, 2012).

As palavras de Costa (2012) trazem uma importante reflexão a cada um de nós, que, no geral tendemos a perceber apenas aquilo ou aqueles, que estão próximos a nós e da nossa realidade, estamos cada vez mais apressados e estressados, e cada vez menos atentos e empáticos diante das pessoas ao nosso redor, ou seja, se determinada circunstância não me afeta no meu dia-a-dia não há a necessidade de me preocupar com tal.

São atitudes como estas, muitas vezes automáticas e despercebidas, que acentuam ainda mais a vulnerabilidade dos grupos e das pessoas socialmente invisíveis, a exemplo do que ocorre com as pessoas com deficiência, que, no contexto do capitalismo são consideradas como inválidas, por serem equivocadamente, taxadas como incapazes de produzir.

Diante desta menção, atenta-se para o fato de que o conceito de invisibilidade deriva das desigualdades humanas e sociais em que vivemos, pois estas, como afirma

o próprio autor, perpetuam e naturalizam, experiências negativas em relação as pessoas invisíveis, que, no contexto desta pesquisa, são as pessoas com deficiência.

Tais pessoas, segundo as pesquisas de Crespo (2009) desde os primórdios da história, em quase todas as sociedades, eram vistas como aberrações da natureza, castigo dos deuses, seres incapazes e inferiores, que causavam medo e insegurança aos sujeitos ditos “normais”.

Por esta razão, era comum ouvir notícias de pessoas com deficiência trancafiadas em lugares isolados, insalubres e até em hospitais psiquiátricos, sendo completamente privadas do convívio social e na maioria dos casos até mesmo do convívio familiar. Isso, sem contar aquelas que em diversas culturas eram sacrificadas e mortas.

Isto é o estigma. Toda pessoa considerada fora das normas e das regras estabelecidas é uma pessoa estigmatizada. Na realidade, é importante perceber que o estigma não está na pessoa ou, neste caso, na deficiência que ela possa apresentar. Em sentido inverso, são os valores culturais estabelecidos que permitem identificar quais pessoas são estigmatizadas. Uma pessoa traz em si o estigma social da deficiência. Contudo, é estigmatizada porque se estabeleceu que ela possui no corpo uma marca que a distingue pejorativamente das outras pessoas (RIBAS, 1985, p. 16).

Este processo, que ao longo da história tem estigmatizado as pessoas com deficiência, resultou em sentimentos e atitudes negativas em relação a estes indivíduos, que em geral permanecem isolados. Ao tratar de estigma Goffman (1988, p.6) afirma que “um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social, possui um traço que pode se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus”. Assim ocorre cotidianamente com as pessoas com deficiência. Quando se olha para algum indivíduo nesta condição geralmente, tende-se a desconsiderar todos os seus atributos e/ou potencialidades que, de modo algum, impediriam estes homens e mulheres de se tornarem indivíduos bem sucedidos por razões como estas, que até os dias atuais, tais pessoas buscam oportunidades de espaço e reconhecimento na sociedade, tendo em vista que, na relação com as pessoas ditas “normais” ou “perfeitas”, sua capacidade de estudar, trabalhar e conviver não é reconhecida.

Nesse sentido, embora as pessoas com deficiência já sejam “aceitas” no convívio social, a presença destas pessoas ainda pode ser um infortúnio/incômodo para outras pessoas consideradas “normais”.

Esta crença relacionada a ideia de incapacidade é consolidada por meio do estigma, que no imaginário popular classifica as pessoas com deficiência, como cabisbaixas, que usam roupas neutras e discretas, pouco participativas e malcuidadas pelos seus.

Além disto, o termo deficiência nos faz associar estas pessoas a “não eficiência” do ser humano, o que ocorre por força da teoria da corponormatividade, apresentada por Mello (2016, p. 3271), a qual considera “determinados corpos como inferiores, incompletos ou passíveis de reparação/reabilitação quando situados em relação aos padrões corporais/funcionais hegemônicos”, em outras palavras, seria a presença de dois braços, duas pernas, todos os dedos da mão ou do pé e um patamar de outras características do corpo humano “perfeito”, “funcional”, ou seja, tudo que foge a esta “regra” imposta, é considerado defeituoso, improdutivo, e por conseguinte, é incapacitado.

A partir deste conceito, percebe-se que essa concepção está enraizada ao nosso modo de vida capitalista, que visa a produção, a eficiência e a resposta imediata. E, conforme dito anteriormente, em consequência de possuírem um ou mais “déficits” as pessoas com deficiência são consideradas indivíduos inferiores e improdutivos.

Tal paradigma, ainda hoje é perpetuado e disseminado, já que a sociedade, assim como, a escola e o mercado de trabalho se mantem aprisionados ao laudo médico, que ainda hoje define o “nível de capacidade” das pessoas com deficiência.

Essa prática é fortemente sustentada pelo viés médico patológico, o qual compreende a deficiência como:

um incidente isolado, uma condição anômala automaticamente associada à carga moral negativa da falta, do déficit. Esse entendimento é o que dá embasamento a ações caritativo-assistencialistas com o intuito de reabilitar para a “cura” e o “conserto” o corpo deficiente e enquadra a pessoa com deficiência como objeto de políticas especiais, raramente contemplada nas políticas públicas gerais (MELLO; MOZZI, 2018, p. 19).

Em oposição a esta concepção de deficiência, a qual se sustenta pelos pilares médico patológicos, optou-se por definir a pessoa com deficiência a partir do viés social, para o qual a deficiência, vai além das limitações físicas de natureza biológica.

Baseando-se no pensamento de Diniz (2007), trata-se de uma visão que não busca curar ou adaptar o indivíduo para que ele participe da dinâmica social, mas

denuncia a existência de uma sociedade que exclui e oprime a pessoa com deficiência em sua totalidade.

O modelo social, portanto, ressignifica o conceito de deficiência, pois agora a responsabilidade das desvantagens desbravadas pelas pessoas com deficiência é atribuída a sociedade de modo geral. Ou seja, a deficiência deixa de ter um caráter individual e passa a ser uma questão coletiva para qual todos devem se atentar. Evidencia-se, dessa forma, que a deficiência faz parte da diversidade humana, pois somos todos socialmente diferentes e cada um de nós temos características peculiares.

Assim sendo, falar acerca da invisibilidade social, deste grupo específico, significa falar também sobre suas identidades, anseios, desejos e sentimentos, que estão além do estado físico de qualquer sujeito, e que, muitas vezes são desconsiderados/negligenciados por sua família, pela escola e por outros grupos. Diante desse fato, olhamos para uma sociedade preconceituosa, discriminatória, e por isso mesmo, capacitista (COSTA; CABRAL, 2018), e nos perguntamos: estaríamos nós, infligindo um direito humano?

Ao analisar documentos oficiais que asseguram a dignidade de todas as pessoas, observa-se que a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) afirma em seu artigo II, que:

Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (ONU, 1948).

Diante de tal afirmação, entende-se que estamos mergulhados em contextos sociais de uma total negação de direitos. Basta observarmos, por exemplo, que, em pleno século XXI, pessoas com deficiência, assim como outras minorias, ainda têm seu direito de expressão, reconhecimento e participação social cerceado.

De modo geral, constata-se que uma das grandes dificuldades vivenciadas no cotidiano das pessoas com deficiência, diz respeito a sua inserção na sociedade. Nesse sentido, ainda hoje é possível perceber, que muitas vezes, até mesmo a presença física destas pessoas é invisibilizada/ignorada privando-as de estabelecer relações afetivas e sociais mais sólidas, seja na escola, no mercado de trabalho ou em outros espaços de participação social (FERREIRA, 2004).

Parafraseando esta pesquisadora, acredita-se que a invisibilidade das pessoas com deficiência denuncia uma crença culturalmente instituída ao longo dos anos, no mundo inteiro, de que estas são pessoas discriminadas pelo fato de fugirem do considerado corponormativo.

Nessa ótica, se tais pessoas não são consideradas cidadãos que fazem parte do cotidiano da sociedade, como saber e pensar sobre o que elas precisam para se desenvolver de forma plena?

Observa-se, portanto, a estreita associação entre invisibilidade e negação de direitos, tendo em vista que, durante muitos anos os direitos desses indivíduos não foram assegurados. Isto implica dizer que, se não incluirmos estas pessoas no âmbito da vida coletiva, suas necessidades e direitos jamais serão visibilizados, reconhecidos, promovidos e garantidos.

Ocorre que projetamos sobre a pessoa com deficiência nossos preconceitos e estigmatizamos sua ação, e por conseguinte, a capacidade que este sujeito tem. Ou seja, apenas por um olhar transpassado julgamos a pessoa com deficiência sem considerar sua subjetividade e individualidade, dentro da diversidade humana.

Daí resultam atitudes de discriminação e negação das potencialidades das pessoas com deficiência, vistas, seja do ponto de vista pessoal ou coletivo, como incapazes de tomar decisões ou de agir por contra própria. Estudos mais recentes definem estas práticas como capacitismo, que segundo Costa e Cabral (2018) é “a crença de que pessoas com deficiência são menos capazes que pessoas sem deficiência, em qualquer aspecto.”

Acredita-se que tal conceito é relevante para esta discussão, pois nos faz refletir e compreender o porquê das pessoas com deficiência não conseguirem ocupar posições de destaque social, ou seja, em decorrência do capacitismo, que vitimiza e inferioriza esses indivíduos, os mesmos não conseguem lograr êxito em seus objetivos.

Observa-se, portanto, que, se por um lado as pessoas com deficiência alcançaram tanta visibilidade, por exemplo na mídia, na projeção de tecnologias assistivas, na implementação de leis, etc., por outro lado verifica-se que uma maioria significativa dessas pessoas é privada de oportunidades de participação social em igualdade de condições em relação aquelas que não possuem deficiência, corroborando, assim, ao argumento central dessa sessão à qual trata das relações entre invisibilidade e deficiência.

1.2 Acessibilidade: o que é, e como pensá-la no contexto da deficiência

Diante da discussão apresentada, compreende-se que a deficiência consiste em uma construção social e histórica, que, em virtude das inúmeras barreiras existentes na sociedade, gera muitas dificuldades na vida das pessoas nesta condição. Sendo assim, considerando o processo de inclusão social destes sujeitos ao longo dos anos, surge a

exigência de novas ações, novas demandas, novos encaminhamentos, que incluem, entre outras demandas, adaptações físicas que viabilizem o direito de ir e vir das pessoas, com relativa autonomia (TARTUCE; FLORES, 2015, p.301).

Portanto torna-se indispensável abordar a acessibilidade, quando se trata de tal desafio. Como podemos observar até aqui, os mais diversos aspectos da vida humana não foram pensados ou planejados, considerando as pessoas com deficiência, é por isso que constatamos tantos prédios, escolas e uma infinidade de outras instalações, cuja arquitetura é completamente inacessível.

Além disto, também se percebe a precariedade de metodologias e materiais adequados para o ensino destas pessoas, assim como a ausência de formas alternativas e eficazes de escrita e comunicação para o acesso à informação.

Entretanto, verifica-se que, nos últimos anos todas essas dificuldades estão diminuindo cada vez mais, o que ocorre por força de leis que asseguram direitos em todo território nacional.

Apesar disso, essas barreiras ainda se fazem presentes, pois existe atualmente uma infinidade de ambientes e de pessoas, que mesmo cientes da obrigatoriedade legal, descumprem tal legislação negando as possibilidades de acesso e participação nestes ambientes, o que prejudica não apenas às pessoas com deficiência. Afinal acessibilidade é um direito que é garantido a esta parcela da população, mas que, quando vivenciada, se converte em práticas que beneficiam a todos os cidadãos, independentemente de sua condição.

Nessa perspectiva, apresenta-se o conceito de acessibilidade, instituído pelo Decreto 5296/04 e aprimorado pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI). De acordo com estes documentos, a acessibilidade pode ser compreendida como:

a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2015).

Compreende-se, portanto, que, discutir, assim como, promover práticas de acessibilidade implica em remover as barreiras, que incessantemente, mantêm as pessoas com deficiência invisíveis do convívio social. De acordo com a Lei supracitada, entende-se por barreiras:

qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros. (BRASIL, 2015).

A esta multiplicidade de impedimentos, os quais perpassam todas as dimensões da vida humana, denomina-se barreiras. Para melhor compreensão das experiências de negação de direitos às pessoas com deficiência, estes obstáculos podem ser classificados como “barreiras urbanísticas, barreiras arquitetônicas, barreiras nos transportes, barreiras nas comunicações e na informação, barreiras atitudinais e barreiras tecnológicas” (BRASIL, 2015).

Ao olhar para a conjuntura atual, pode-se dizer que, de modo geral, tais barreiras ainda existirão por muitos anos. E o que nós, que compomos uma sociedade opressora e excludente, podemos fazer para diminuir tais desigualdades? O que podemos fazer para oferecer condições iguais às pessoas com deficiência? Acredita-se que a resposta mais rápida e eficaz para solucionar esse problema, sem burocratizá-lo, consiste em olhar para a pessoa com deficiência e percebê-la, antes de tudo, como ser humano, tendo a sensibilidade de estabelecer relações com ela em igualdade de condições.

Aqui, a sociedade parece estar diante de um dos maiores desafios vivenciados atualmente, que se revela profundamente incomodada na relação com o diferente, o que a leva, naturalmente, a criar obstáculos que resultam em experiências de distanciamento/separação de pessoas e grupos.

Está aí, a raiz daquilo que a LBI denomina barreiras atitudinais, as quais podem ser entendidas como: “atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas” (BRASIL, 2015).

Considera-se aqui, que a barreira atitudinal se faz a mais difícil de ser removida, ressaltamos a importância de discutir tal temática, para que seja possível combater os estereótipos, preconceitos e estigmas que pesam sobre este grupo social. Afinal, quando removermos esta barreira, se tornará possível visibilizar as pessoas com deficiência, acima de tudo, na sua condição e dignidade de ser humano.

Quando observa-se, por exemplo, a universidade, lócus de realização da presente pesquisa, verifica-se a existência de um consistente aparato legal apresentado a seguir, o qual assegura às pessoas com deficiência o direito a inclusão e acessibilidade, inclusive no ensino superior.

No entanto, embora os estudantes com deficiência se deparem com inúmeros obstáculos na estrutura física e em relação ao acesso a conteúdos e informações, os maiores desafios a serem superados são atitudinais, já que advém das relações destes com docentes e discentes sem deficiência, que, em geral, demonstram dificuldades de abertura para esta realidade emergente na universidade, o que será explicitado no terceiro capítulo.

1.3 As Políticas de inclusão e acessibilidade no contexto da deficiência

Como se observou até agora, o percurso rumo a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade, ainda se caracteriza como um grande desafio a ser superado, o que se reflete fortemente no âmbito da educação.

Ao estudar a história educacional desses estudantes, observa-se que desde o Brasil Império até a década de 1980, a educação especial era vista como um movimento de normalização do indivíduo com deficiência, sendo assim, de acordo com Dantas (2011), todo esse período ficou caracterizado como o modelo médico patológico que enxergava esse indivíduo “deficiente” como uma pessoa com problemas físicos, que precisava ser curada, o que acarretava o processo de exclusão dessas pessoas do âmbito educacional e social, dessa forma “não era a natureza quem oprimia, mas a cultura da normalidade, que descrevia alguns corpos como indesejáveis.” (DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2009, p. 69).

Só após a Constituição de 1988 tem início no Brasil o processo de consolidação de políticas públicas visando a inclusão escolar de pessoas com deficiência, nessa perspectiva, em seu artigo 205, a Constituição define a educação como um direito, que “garante o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho”, e ainda estabelece a todos os cidadãos brasileiros indistintamente como princípio a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988).

Diante desta garantia legal, se tornou possível pôr fim à dualidade no sistema de ensino, que até então “não efetivava uma política pública de acesso universal à educação” (BRASIL, 2008, p. 3).

Porém, na prática, observa-se que o processo de segregação continuava, uma vez que, somente na década de 1990, foi possível perceber a participação de estudantes com deficiência no processo educacional, junto com alunos sem deficiência, na mesma sala, nos diversos níveis de ensino, movimento este que foi impulsionado pela Declaração Mundial de Educação para Todos (JOMTIEN, 1990) e pela Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994).

Após essa mudança e reconhecimento no funcionamento precário da escola, percebeu-se a necessidade de aprimorar os currículos dos cursos de formação de docentes e demais profissionais que se relacionavam diretamente com pessoas com deficiência.

Razão pela qual é instituída pelo Ministério da Educação (MEC), a Portaria N.º 1.793, que no seu Art.1º recomenda a inclusão da disciplina “Aspectos ético-políticos da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais”, prioritariamente, nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as Licenciaturas” (BRASIL, 1994).

No ano de 1996, é sancionada a Lei nº 9.394, conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a qual se faz extremamente importante na garantia do direito a educação, pois dispõe em seu conteúdo todos os mecanismos de oferta e garantia do ensino em todos os níveis, buscando a qualidade e promovendo a inclusão real das pessoas com deficiência no processo educacional brasileiro, conforme disposto no capítulo 5º (art. 58-60) da referida Lei. Nesse capítulo é apresentada a definição de educação especial, sendo assegurado o atendimento gratuito aos educandos com necessidades educacionais especiais, ao longo da vida, nas instituições públicas e privadas de ensino. Estes alunos deverão ainda dispor de

ambiente escolar, metodologias de ensino e currículo adaptado as suas especificidades.

Entretanto, percebe-se que, decorridas mais de duas décadas após a publicação desta Lei, as pessoas envolvidas com a causa destes estudantes, permanecem lutando a fim de que os direitos assegurados nesta lei, se tornem uma realidade no sistema educacional brasileiro, que, da educação infantil ao ensino superior, ainda se apresenta carente em relação as possibilidades de garantir não apenas o acesso, mas, sobretudo, a permanência, a participação e a aprendizagem destes estudantes.

Outro passo significativo para a inclusão e reconhecimento legal do direito de ir e vir das pessoas com deficiência, aqui no Brasil, foi a garantia de acessibilidade, oficialmente consolidada no ano de 2000 por meio das Leis 10.048/00 e 10.098/00, ambas regulamentadas pelo decreto 5296 (popularmente conhecido como decreto de acessibilidade).

Tais documentos reforçam conceitos já contidos em uma série de documentos educacionais internacionais os quais contemplam políticas de atenção e garantia aos direitos das pessoas com deficiência, a exemplo da Declaração de Salamanca (UNESCO,1994) que apontou a proposta do desenho universal, assim como, o direito a educação destes indivíduos. Em todas essas recomendações está explícito que, todos os órgãos públicos devem assegurar a acessibilidade, possibilitando que essas pessoas consigam transitar, livres de barreiras em todos os espaços.

Nesse processo, outros importantes documentos merecem destaque, a saber:

- O Estatuto da Criança e Adolescente (1990) que assegura os direitos e cuidados para as crianças e jovens, com e sem deficiência. Em específico o seu artigo 53 que trata do direito à educação, o qual colaborou significativamente para garantia e a inclusão do acesso dos estudantes com deficiência à escola.
- A Resolução MEC CNE/CEB nº 2 (2001) instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, que em seu Art. 2º defendeu que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, sem distinção, e assegurar condições para uma educação de qualidade para todos.
- A Lei nº 10.436 (2002) que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão e outros recursos de expressão a ela associados.

- A Portaria MEC nº 2.678 (2002) que aprovou o projeto da grafia braille para a língua portuguesa, além de recomendar seu uso em todo o território nacional e estabelecer diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de ensino.
- A Portaria nº 3.284 (2003) que dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiência, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.
- A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2009), que elevou o princípio da acessibilidade para pessoas com deficiência à categoria de Princípio Constitucional. Este documento apontou diversas questões relacionadas aos direitos das pessoas com deficiência, com ênfase para o direito à cultura, à educação, à saúde, inclusive à saúde sexual, ao trabalho, à comunicação e à informação.
- O Decreto nº 7.611 (2011) que discorre sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. O art. 1 declara que é dever do Estado garantir sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino e em igualdade de oportunidades para alunos com deficiência.
- A Lei de Cotas nº 13.409 (2016), que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino e no mercado de trabalho.

Ainda em relação a acessibilidade no âmbito do ensino, convém destacar duas importantes conquistas legais, fruto de mais de 15 anos de luta, do movimento social das pessoas com deficiência, sendo a primeira o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), em especial a meta 4 que garante a universalização do acesso à educação básica e o atendimento educacional especializado (AEE), aos estudantes com deficiência.

A segunda conquista, se refere a Lei Brasileira de Inclusão, também denominada Estatuto da Pessoa com Deficiência. Embasada na convenção da ONU acerca dos direitos das pessoas com deficiência, este documento retoma as classificações de barreiras contidas na Lei nº 10.098/00, e pela primeira vez traz o conceito de barreira atitudinal, apresentado na sessão anterior.

Um grande passo foi dado, agora as pessoas com deficiência têm acesso aos logradouros públicos, porém isto ainda não é suficiente para garantir a inclusão e acessibilidade plena a estes indivíduos, que continuam esquecidos e escondidos, ou em outras palavras, invisíveis. O que será que falta para concretizar este processo? Será que as pessoas com deficiência estão de fato incluídas na escola e na sociedade?

A implementação de políticas públicas de acesso a determinados ambientes, não significa a garantia da permanência das pessoas com deficiência no local, em outras palavras, apesar de se observar grandes avanços e reconhecimento, no que diz respeito à dignidade destas pessoas na sociedade, ainda hoje, torna-se necessário intensas mobilizações a fim de que, os direitos assegurados por lei se tornem conquistas reais no cotidiano destes indivíduos.

Nessa perspectiva, optou-se por adotar o conceito de inclusão defendido por Carvalho *apud* Ferreira (2007, p. 44) o qual afirma que:

incluir significa organizar e implementar respostas educativas que facultem a apropriação do saber, do saber fazer e da capacidade crítica e reflexiva; envolve a remoção de barreiras arquitetônicas sim, mas sobretudo das barreiras atitudinais - aquelas referentes ao “olhar” das pessoas “normais” e desinformadas – para que se promova a adequação do espaço psicológico que será compartilhado por pessoas muito diferentes entre si.

Compreende-se, em outras palavras, que é impraticável falar de inclusão de pessoas com deficiência dissociada da acessibilidade atitudinal, posto que ambas se completam quando se trata de garantir a estas pessoas o direito de liberdade e dignidade humana, tão presente no marco regulatório nacional e internacional. Sendo assim, para que a inclusão seja efetivada nos sistemas educacionais se torna imprescindível promover ações para a

formação continuada de professores, adaptação do currículo, assessoria psicopedagógica, produção e adequação de recursos pedagógicos, pois é impossível apregoar a inclusão sem ações que equiparem as condições para o acesso ao ensino, aprendizagem e avaliação (FERREIRA, 2007, p. 45).

Em outras palavras, não é apenas inserir o estudante com deficiência no ambiente escolar, mas perceber suas condições e necessidades de aprendizagem, buscando corroborar para o seu desenvolvimento pleno, respeitando seus limites. Além disto, propor um trabalho colaborativo entre os profissionais responsáveis.

Sendo assim, compreende-se que se faz necessário que os profissionais que se encontram ativos nos sistemas educacionais busquem novos conhecimentos para promover condições iguais para todos os educandos no processo de ensino e aprendizagem, proporcionando a construção do conhecimento e não apenas a reprodução do mesmo. A adaptação de materiais e avaliações, de acordo com a necessidade do estudante, faz toda a diferença no processo de inclusão, nesse sentido, percebe-se que a utilização de metodologias adequadas se torna um elemento fundamental, uma vez que, estas são favoráveis nesse processo.

A efetivação desta conquista no ambiente escolar e na sociedade em geral, só será possível por meio de:

informação, mobilização e conscientização, que instrumente e concretize a realização de ações de respeito à diversidade e valorização das diferenças como elementos enriquecedores da contínua aprendizagem que é a existência humana (FERREIRA, 2002, p.5).

Isto implica em um processo duradouro que demanda um esforço conjunto entre pessoas com e sem deficiência, que poderão reciprocamente aprender e contribuir, umas com as outras, na construção de mentalidades acolhedoras, e consequentemente, inclusivas.

1.4 Ensino superior, pessoas com deficiência e acessibilidade

É importante ter clareza quanto ao fato de que se a educação especial ainda é um desafio na escola básica, o que dizer do ensino superior, o qual, até pouco tempo, era voltado apenas para uma elite intelectual “detentora do saber”.

O ambiente universitário, por si só, traz um conjunto de possibilidades e oportunidades a todos os educandos, independentemente de sua condição geográfica, econômica, corporal, etc.

Todavia, embora já se tenha consolidado no ambiente acadêmico, uma ampla discussão acerca da inclusão, considera-se importante questionar: o que realmente se tem feito dentro da universidade para que grupos minoritários, em particular estudantes com deficiência, se sintam de fato incluídos? Estão sendo-lhes garantidas oportunidades de acesso, permanência, participação e aprendizagem? (BRASIL, 2014)

O marco regulatório brasileiro assegura plenas possibilidades de acesso de estudantes com deficiência no sistema educacional, como disposto no Decreto de Acessibilidade, o qual afirma:

Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários (BRASIL, 2004).

Entretanto, não é necessário ir muito longe para constatar que, como um reflexo do que ocorre na sociedade em geral, a universidade também se caracteriza como um ambiente capacitista, e por isso mesmo, excludente. Exemplo disto é que, por vezes, estudantes com deficiência seja cego, surdo, com hiperatividade, com transtorno do espectro autista, com paraplegia, etc., veem-se obrigados a comprovar para aqueles que os consideram incapazes, que são sim, capazes intelectualmente, independentemente de sua condição. Diante deste panorama, Rocha e Miranda (2009, p. 7) chamam a atenção para o fato de que,

sendo a universidade uma instituição social, ela não pode continuar reagindo de forma omissa as questões da sociedade desigual, ela como espaço de produção de conhecimento e intervenção social deve colaborar com a superação dos padrões e rótulos que tradicionalmente classificaram diferença e inferioridade como sinônimos.

Assim, ressalta-se a necessidade de que, no processo de ensino, pesquisa e extensão, a universidade possa reconhecer que qualquer pessoa que traga em seu corpo algum limite biológico, não deve ser considerada incapaz de aprender, de socializar, de ser amada, de trabalhar, enfim, de produzir conhecimento. Na verdade, o que falta à academia, é um olhar em relação as potencialidades desses sujeitos, que deveria se somar à implementação de políticas públicas eficazes.

Nesse sentido, para que o estudante com deficiência se sinta de fato incluído, torna-se necessário reconhecer que, apesar de estarmos diante de alguém com limitações, este sujeito manifesta, em si mesmo capacidade de lidar com as situações que a academia proporciona.

Ao longo deste trabalho apresentou-se alguns elementos primordiais para garantir o acesso e permanência dos estudantes com deficiência em qualquer nível

de ensino, sendo assim, convém destacar algumas pesquisas realizadas em Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil que buscaram problematizar esta temática e mostrar quais ações estão sendo pensadas e adotadas, no propósito de colaborar para pensar novas possibilidades de garantia do direito à educação das pessoas com deficiência. Tendo em vista que as IES são responsáveis pela formação de profissionais, como também pela produção de conhecimento científico, cabe a estas pensar formas menos discriminatórias e excludentes de educação.

A primeira colaboração de Flores e Tartuce (2014) diz respeito a acessibilidade física do Campus 1 da Universidade Federal de Goiás (UFG), as pesquisadores apontam que, apesar de já haverem sido implementadas algumas ações institucionais, tais como banheiros adaptados, portas largas, elevadores, entre outros elementos, dificilmente alunos cadeirantes ou com cegueira conseguiriam transitar livremente dentro da instituição.

Destaca-se ainda o estudo desenvolvido por Coutinho (2011) em diferentes IES no município de Campo Grande/MS. Ao analisar o processo de inserção de estudantes com deficiência visual a pesquisadora defende que, para a verdadeira que inclusão aconteça, torna-se necessário a quebra de paradigmas e de barreiras atitudinais, que de acordo como os entrevistados na pesquisa, se traduzem em experiências de discriminação e falta de estrutura dos campi.

A formação docente, além do discurso e das representações sociais acerca dos alunos com necessidades educacionais especiais são algumas das questões levantados por Thoma (2006) que em pesquisa realizada nas diversas universidades comunitárias do Rio Grande do Sul conclui que para além de políticas de aceitação das diferenças, as instituições necessitam de capacitação técnica para atender estas necessidades dos estudantes com dificuldades de aprendizagem e com deficiência.

Diante deste cenário, percebe-se que embora tenham ocorridos significativos avanços no tocante as políticas de inclusão, é possível afirmar que as pessoas com deficiência ainda estão na luta para ocupar este espaço.

O que se observa diante de todo este cenário, é que, embora a educação especial já tenha evoluído em muitos aspectos, ainda há muito a ser feito a fim de garantir o acesso, a permanência e a visibilidade destes estudantes, particularmente no ensino superior.

Capítulo 2 - Percurso Metodológico

Neste capítulo, discorro sobre o caminho percorrido para realização da presente pesquisa, abordando elementos tais como: método, lócus, população e instrumentos para coleta e análise dos dados.

2.1 Método

Nesta seção serão explicitados os procedimentos metodológicos adotados na realização da presente pesquisa, a qual será construída por meio de abordagens qualitativas, acerca do objeto de estudo proposto.

Segundo Gil (2008) a pesquisa é entendida como um procedimento desenvolvido de maneira sistemática, através de um raciocínio lógico que busca desvendar os problemas postos na realidade.

Entende-se que, a opção por esta metodologia, é a que mais se enquadra para responder as questões colocadas nesta investigação, uma vez que buscamos, a partir da realidade concreta dos participantes, observar e suscitar discussões acerca da acessibilidade, como também da presença dos estudantes com deficiência no ensino superior.

A presente pesquisa será de caráter descritivo por entender que esta permite a “descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.” (GIL, 2008, p.28).

Este tipo de pesquisa ainda permite que o pesquisador seja capaz de “compreender as relações e estruturas sociais, em detrimento do seu significado, intencionalidade e transformações, como construções humanas significativas” (MINAYO, 1994, p.10), com o intuito de levantar as opiniões e atitudes de uma população sobre o tema abordado. Quanto aos procedimentos adotados, o estudo será uma pesquisa de campo.

Sendo assim, apresentou-se o diálogo com estudiosos que discutem a problemática da invisibilidade social e a inclusão das pessoas com deficiência, no sistema educacional, sobretudo, no ensino superior, nos cursos de graduação. Buscou-se aporte teórico nas obras de Debora Diniz (2007), Rocha e Miranda (2009), Windyz Ferreira (2008), Solange Ferreira (2007), entre outros.

2.2 Local da Pesquisa

Este trabalho se trata de uma pesquisa de campo, que tem como *lócus* a Universidade Federal da Paraíba, campus I, localizado no bairro do Castelo Branco, na cidade de João Pessoa. A escolha do local, se deu pelo fato da pesquisadora ser estudante da instituição e ter o contato direto com pessoas com deficiência.

Em relação a UFPB, *lócus* desta pesquisa, podemos destacar algumas iniciativas para promover e garantir a inclusão e permanência dos estudantes com deficiência no ensino superior. Ressalto o Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA), localizado na reitoria, cujo objetivo é promover ações de inclusão para estudantes e funcionários, por meio de projetos. Dentre eles, podemos citar o Programa Aluno Apoiador, o qual se caracteriza como uma importante iniciativa no combate as barreiras contidas no campus, sejam elas físicas, atitudinais ou pedagógicas. Criado no ano de 2012, este programa tem colaborado para que muitos estudantes com deficiência se mantenham na universidade.

Além disto, a universidade ainda conta com o Núcleo de Educação Especial (NEDESP), que, embora esteja localizado no Centro de Educação, recebe apoio direto do CIA e há muitas décadas vem trabalhando para a garantia da acessibilidade aos estudantes com deficiência, com destaque para a área visual. Este setor é responsável, principalmente, pela transcrição, digitalização e formatação de textos escritos, eletrônicos ou impressos para o braile, código utilizado pelas pessoas cegas, ou vice-versa, se for o caso.

Em relação a estrutura física da UFPB, observa-se que a mesma ainda se encontra deficitária, uma vez que é possível notar muitos prédios e instalações fora da norma da ABNT 9050 (BRASIL, 2015), a qual estabelece itens que garantem acessibilidade para todas as pessoas que frequentam lugares públicos. Entende-se que apesar da existência de leis que assegurem a acessibilidade, infelizmente essa situação ainda é corriqueira em muitas universidades do Brasil.

2.3 Participantes

Os sujeitos da investigação serão cinco estudantes com diferentes tipos de deficiências, a saber: deficiência visual: cegueira e baixa visão, deficiência física de

origem cerebral e deficiência múltipla. Matriculados em diferentes cursos da instituição, que tenham cursado no mínimo 50% das disciplinas.

Os cursos escolhidos pelos estudantes são: Terapia Ocupacional, Biblioteconomia, Pedagogia, Psicologia e Letras Português. A pesquisa abrange homens e mulheres, com faixa etária variante entre 23 e 47 anos de idade.

Para a realização desta investigação adotaremos o conceito de amostra não-probabilística por acessibilidade, esclarecido por Gil (2008, p.94) pois permite que “o pesquisador selecione os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam de alguma forma, representar o universo.” Isso porque, no desenvolvimento de uma pesquisa que envolve seres humanos, nem sempre o pesquisador consegue ter acesso a toda população considerada como objeto do estudo, devendo dar continuidade a seu estudo mesmo assim.

Baseados nos aspectos éticos da pesquisa, optamos por não realizar a exposição direta dos entrevistados, mas resguardar o seu anonimato, por isso, os participantes serão denominados como E 1, E 2, E 3, E 4 e E 5.

O Estudante 1 é pessoa com deficiência visual, adquirida aos 10 anos, este estudou tanto em escola regular, quanto em instituição especializada, ingressou na universidade no ano de 2017 e se encontra na metade do curso.

O Estudante 2, por sua vez, é pessoa com deficiência física adquirida ao nascer. Foi alfabetizado em casa, e só começou a frequentar a escola aos 21 anos de idade, e lá cursou da 4ª série até o ensino médio, depois ingressou no IFPB até chegar na UFPB no ano de 2015 e já está perto de concluir o seu curso.

Já o Estudante 3 é pessoa com deficiência física de origem cerebral, adquirida ao nascer, estudou em escola regular até o ensino médio, ingressou na universidade no ano de 2014 e já está com o curso na metade.

Em relação ao Estudante 4, o qual é pessoa com deficiência múltipla (física e visual), adquirida na adolescência após um acidente, estudou em escola regular até o ensino médio, ingressou na universidade no ano de 2015 e se encontra na metade do curso.

Por fim, o Estudante 5 é pessoa com baixa visão, adquirida após um acidente aos 40 anos de idade, e por isto, estudou em colégios públicos regulares, ingressou na universidade no ano de 2014 e está quase no final do curso.

2.4 Instrumento de Coleta de Dados

Durante o desenvolvimento da pesquisa, para o alcance dos objetivos desta, os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturada, junto a estudantes com deficiência da comunidade acadêmica da UFPB, as quais foram gravadas por meio do gravador de um celular. Através destas, foi possível traçar o perfil dos estudantes com deficiência, a partir de elementos, tais como: ano de ingresso, curso, idade, sexo, além de dificuldades na locomoção dentro do campus, dificuldades nas relações com os docentes e discentes em sala de aula, dentre outros elementos.

Optou-se por este instrumento para facilitar o registro para a pesquisadora e a resposta para os pesquisados. As entrevistas ocorreram na universidade, por meio de um encontro individual com cada um dos entrevistados.

Além disto, facilitou a coleta dos dados no que diz respeito a fidelidade das falas dos participantes. A entrevista foi estruturada a partir de perguntas abertas que permite “o entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada”. (GIL, 2008, p.112).

O roteiro da entrevista, disponível no apêndice, contou com onze perguntas, visando responder às indagações apresentadas ao longo do aporte teórico. O objetivo das questões formuladas foi responder aspectos referentes a inclusão, socialização, barreiras, acessibilidade e como eles percebem as medidas que a UFPB tem adotado neste processo.

A utilização da entrevista, também se caracteriza como elemento muito importante no processo de pesquisa, uma vez que ela permite a coleta dos dados qualitativos através da relação aproximada entre o entrevistador e o entrevistado, a fim de obter informações sobre o objeto investigado.

2.5 Processamento e análise dos dados

Para o desenvolvimento desta pesquisa, e com o propósito de fortalecer as abordagens qualitativas, adotou-se como método a análise de conteúdo que favorece a sistematização e a reflexão das narrativas, na medida em que a partir da leitura flutuante, sob a luz do referencial teórico será possível classificar as narrativas categorizando-as (BARDIN, 1977).

Assim, no capítulo seguinte, serão analisadas as vozes dos estudantes com deficiência entrevistados nesta pesquisa, cuja as questões foram desmembradas em categorias. Os temas apontados como categorias de análise foram criteriosamente escolhidos com base em sua relevância para compreensão do conceito de acessibilidade e do processo de invisibilidade das pessoas com deficiência e serão analisados por meio de um consistente diálogo com os pesquisadores que atuam na área da Educação Especial.

Capítulo 3 - A pesquisa em análise: vozes dos estudantes com deficiência

Neste capítulo serão apresentadas as análises dos depoimentos dos estudantes com deficiência entrevistados nesta pesquisa, visando demonstrar como a invisibilidade se materializa durante sua permanência na instituição e qual o sentimento/percepção destes estudantes em relação a sua inclusão dentro do ensino superior. Considera-se que é relevante tornar públicas estas vozes, pois só assim, será possível visualizarmos o que precisa melhorar para atender as necessidades educacionais destes acadêmicos, que sentem na pele as barreiras presentes no ambiente universitário.

Dos cinco estudantes entrevistados, dois são concluintes e três se encontram na metade do curso, ou seja, já frequentam a universidade há pelo menos dois anos.

A partir das respostas coletadas foi possível construir um panorama acerca da situação da UFPB em relação ao quesito acessibilidade, como também, em relação aos aspectos que resultam na invisibilidade de estudantes com deficiência. Os dados serão apresentados a partir de quatro categorias: experiências de exclusão e invisibilidade, barreiras atitudinais, capacitismo e dificuldades de acesso e ausência de acessibilidade

3.1 Experiências de exclusão e invisibilidade

A presença das pessoas com deficiência na universidade tem aumentado a cada dia. Percebe-se, no entanto, que por não se tratar de um acontecimento corriqueiro, tal fato interfere diretamente na relação professor-aluno, como também na relação aluno-aluno, culminando na adoção de práticas que indica um contexto de

invisibilidade dos estudantes com deficiência, como acompanharemos por meio dos testemunhos a seguir:

E4: Já me colocaram em sala no primeiro andar e em outros lugares inacessíveis para mim. Todo início de período eu tenho que ir na coordenação ver a alocação das salas para ver se está acessível para mim, infelizmente as pessoas responsáveis não estão atentas para isto. Nunca tive problemas para realocar as salas, mas isso é cansativo já que a coordenação e os departamentos sabem que eu estou no curso e já deveriam promover esse acesso automaticamente.

E5: Muitos professores se mostram muito resistentes e extremamente exclusivos, sou aluna concluinte e já ouvi várias vezes na sala de aula durante a exibição de um filme, realização atividade, vivência ou dinâmica a seguinte frase: “poxa esqueci que você tá aqui, da próxima vez lembro de trazer algo adequado pra você”. Mas na maioria das vezes, não passou de falsas promessas. É um sentimento horrível, passar por essa situação. Nós pessoas com deficiência ficamos invisíveis para muitos professores, e isso é muito desestimulante.

E2: A única pessoa que fazia trabalho comigo sem problema era uma amiga minha da sala que por sinal foi minha primeira apoiadora. Do primeiro semestre até o quinto e mesmo depois dela sair do meu apoio, continuamos a fazer trabalho juntos, mas infelizmente ela teve que trancar o curso por motivos de saúde e de lá para cá estou com dificuldades de participação em grupos.

E1: Não me sinto incluída dentro da UFPB não. Porque as próprias pessoas que estão aqui dentro da gestão, os professores, os funcionários, os servidores, os alunos, eles não incluem você, eles fazem questão de excluir você, quanto mais você estiver longe melhor é. E é por isso que tem muitos alunos desistindo do curso, desistindo e se ausentando, muitas doentes, porque as pessoas fazem questão de excluir.

A partir das falas apresentadas, percebe-se quão grandes são as dificuldades da vida acadêmica vivenciadas por estudante com deficiência. É visível que falta capacitação profissional, sensibilidade e adequação de metodologias, tanto por parte da instituição quanto dos docentes, servidores e alunos que em sua grande maioria não “enxergam” a presença de pessoas com deficiência, o que revela uma realidade excludente e desafiadora que ainda é predominante no ambiente universitário, e isto, em muitos momentos, prejudica o desempenho pessoal e acadêmico do educando.

Sendo assim, a universidade deve buscar se conscientizar por meio de ações que possam promover aos sujeitos que compõem a comunidade acadêmica, principalmente os servidores o acesso a conhecimentos sobre “os direitos humanos, [...] em particular, direitos das pessoas com deficiência no Brasil, é fundamental para conscientizá-los sobre seu papel chave no combate à exclusão educacional” (FERREIRA, 2008).

Tais atitudes são presentes, exatamente porque não se conhece tais direitos. Além disso, de modo geral, não se percebe que as pessoas com deficiência têm autonomia e capacidade para realizar certas atividades, principalmente se for relacionada ao aspecto cognitivo.

3.2 Barreiras atitudinais

As barreiras atitudinais constituem um elemento fundamental, para a compreendermos o processo de exclusão e invisibilidade que ocorre com as pessoas com deficiência. Trata-se de atitudes ora conscientes, ora inconscientes que em muitos casos descartam a pessoa com deficiência, que por sua vez, é impedida de chegar, de opinar, de se expressar, de participar, enfim, de colaborar no processo de ensino e de aprendizagem em igualdade de oportunidades com os demais colegas, é o que revela as falas abaixo:

E3: Apesar dos funcionários e professores do meu bloco serem conscientes com as políticas de inclusão, considero de modo geral que a maioria dos funcionários são pessoas insensíveis, e cumprem muitas das vezes a lei, de forma obrigatória e não por espontaneidade por respeitar e contribuir no processo de aprendizagem.

E5: Os principais professores que buscam alternativas e meios para incluir, são aqueles voltados pra área de educação especial ou os professores voltados para um lado mais humanizado, que buscam se colocar no nosso lugar. Se eu fosse avaliar os professores do meu curso, acredito que 30% me deram acessibilidade, os outros 70% não pensaram, não quiseram e não tentaram. Muitos até me excluíram mesmo, e isso dificulta muito o aprendizado, não quer dizer que a gente não pode aprender, podemos, mas aprendemos de uma maneira diferente, e quando existe empatia fica mais fácil.

E1: [...] Tive um professor que disse que não ia mudar a metodologia da prova dele porque eu que me virasse, e eu não iria passar na disciplina e a realmente reprovei, e só consegui avançar porque houve a troca de professor [...].

E4: [...] O que eu vejo, é que os professores não se preocupam em saber se vão receber estudantes com deficiência, [...] eu que sempre tenho a preocupação em dizer quais as minhas limitações, tem alguns professores que ficam supondo coisas, que as vezes eu nem tenho, por medo de perguntar. Inclusive teve uma professora, que chegou a me dizer que não sabia como dar aula pra mim, eu disse: oxe, porque? Ela respondeu: não, eu não sei dar aula pra você. Eu disse: oxe, minha deficiência é apenas motora pode dar aula normalmente, e ela estava muito apreensiva foi bem perceptível [...].”

Os relatos acima denunciam que grande parte das barreiras atitudinais, advém de mentalidades teoricamente esclarecidas, a exemplo de funcionários e docentes do

ensino superior. Detectamos, com isto, que as barreiras atitudinais se caracterizam como um grande obstáculo a ser superado, o que não será possível tão somente com a implementação de leis ou decretos.

Estes colaboram significativamente para este processo, porém, considera-se que enquanto não houver uma mudança na mentalidade da sociedade, tais atitudes permanecerão enraizadas em nossa cultura, que estabelece, o que deve ser aceito socialmente como normal, pois não são as pessoas com deficiência que nascem com impedimentos, mas sim, os ambientes e as demais pessoas que não estão preparados para acomodá-las e recebê-las de acordo com suas peculiaridades. (DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2009).

Além disto, muitos professores agem, sem perguntar do que o estudante com deficiência realmente precisa, ou seja, não oferece a oportunidade de comunicação/socialização.

3.3 Capacitismo

As barreiras elencadas no item anterior, decorrem de uma concepção equivocada, de acordo com a qual, em virtude de sua condição, as pessoas com deficiência não são consideradas capazes de executar determinadas tarefas (COSTA; CABRAL, 2018), seja na universidade ou fora dela. Os estudantes entrevistados evidenciam esta questão quando afirmam:

E4: Alguns professores não tem noção do papel do aluno apoiador, tive um professor que achava que meu apoiador era como um cuidador que tinha que fazer tudo por mim, e eu não gostava. Tem coisa que eu não gosto, que eu vejo que eu posso fazer e não preciso do apoio pedagógico, mas alguns professores não tem essa noção.

E1: No lugar de lutarem para incluir, não, elas lutam para excluir, e se as pessoas que trabalham diretamente com a pessoa com deficiência, por exemplo muitos professores que dão instruções de como lidar com a pessoa com deficiência, ele mesmo tem preconceito com aluno com deficiência, acha que o aluno não tem capacidade. Como ele vai dar formação de uma coisa se nem ele entende.

Tais práticas, indicam, uma total falta de informação e comunicação na convivência com as pessoas com deficiência, o que, ao meu ver, revela o preconceito que se tem conservado, em relação as potencialidades destas pessoas. Assim como, um medo de lidar com o diferente, a associação da deficiência como algo ruim, que deve ser evitado,

os professores universitários, e os demais envolvidos com esta etapa de ensino formal, não podem mais se omitir de envolvimento no novo paradigma da educação, desencadeado pela existência e presença da diversidade humana, na qual se encontram as pessoas com algum tipo de deficiência (FERREIRA, 2007).

Sendo assim, além da formação continuada e acesso à informação, os docentes devem se comprometer em buscar soluções para que tais situações de exclusão não ocorram, dentro de um espaço que deveria ser majoritariamente preparado para lidar com a diversidade humana, contribuindo para a formação profissional da pessoa com deficiência em condições igualitárias com os demais. Tendo em vista que a universidade é um lugar de produção intelectual que pode contribuir para a mudança do funcionamento da sociedade, principalmente no tocante, ao respeito e a não-discriminação do ser humano independente de sua condição.

3.4 Dificuldades de acesso e ausência de acessibilidade

A acessibilidade é um quesito que vem ganhando visibilidade ao longo desses mais de vinte anos, que foi alcançado a duras penas, e é fundamental para a garantia do direito à liberdade. Porém, no ensino superior, só ganhou relevância recentemente, com acesso cada vez mais recorrente, de estudantes com deficiência nesse nível de ensino, tal fato fica evidenciado nas declarações abaixo:

E2: Bem, o meu bloco é bem acessível assim como a sala, ela sempre foi no térreo, perto do banheiro e da coordenação do próprio curso, isso foram ordens da própria coordenação desde primeiro dia de aula. É óbvio que tem várias coisas para fazer, mas apesar de tudo ainda é o melhor e a coordenação me ajuda bastante. Os outros blocos são mais difíceis mesmo com a cadeira motorizada, pois ela ainda necessita de bons lugares para funcionar bem, mas a Universidade Federal da Paraíba está se esforçando para adequar-se, porém o processo é bem lento.

E3: Quanto as questões arquitetônicas, as barreiras são extremamente excludentes, uma vez que impedem qualquer deficiente de ter uma vida acadêmica satisfatória, ou quando não impede, limita e muito, sua função acadêmica, principalmente quando se trata de pessoa com deficiência físico motora [...] o fato de muitos prédios não terem elevadores e os serviços serem no segundo e terceiro andar, por exemplo os ambientes dos professores no meu centro, todos estão localizados no primeiro ou segundo andar, o que dificulta muito o acesso, e outra as escadas não se encontram adequadas nem para o uso de pessoas que não possuem deficiência.

E4: Inclusive estou precisando de materiais no momento, e eu gostaria que na universidade que isso fosse mais acessível e menos burocrático, é uma demora é uma dificuldade, as vezes até desistimos

porque vai lá solicita ia espera um tempão e depois tem que esperar a TO e outras coisas, isso era pra ser mais fácil. Sem falar que nem todos os equipamentos estão disponíveis para gente usar, muitas das vezes não tem e acaba tendo que adaptar do jeito que ela pode, fazendo tipo gambiarra, porque a universidade não tem.

De acordo com os depoimentos supracitados, nota-se, ainda que, em passos lentos, a universidade tenta oferecer uma estrutura para atender a estes alunos. Mas sabe-se que principalmente esta barreira física, para ser superada se faz necessário enfrentar uma gama de burocracias, para que o direito de ir e vir dos educandos seja respeitado, independentemente de sua condição.

Além do direito de ir e vir, a universidade deve se preocupar em adaptar as instalações físicas, mas não simplesmente respeitando as normas estabelecidas, como também considerando e percebendo as necessidades dos estudantes com deficiência, que usufruem de tais ambientes (TARTUCE; FLORES, 2014). Em outras palavras, para se efetivar mudanças adequadas, é importante, antes de tudo, consultar as percepções dos estudantes com deficiência, visando contribuir para a permanência desses dentro da instituição.

Desse modo, se faz indispensável assegurar condições mínimas de acessibilidade e disponibilizar de equipamentos e materiais que equiparem a aprendizagem de todos os alunos, principalmente os alunos com deficiência.

Conclusão

O desenvolvimento desta pesquisa possibilitou analisar como a invisibilidade de estudantes com deficiência se materializa no contexto do ensino superior. Na etapa da pesquisa de campo os resultados mostraram que os estudantes com deficiência não se sentem incluídos dentro da Universidade Federal da Paraíba.

Como apresentamos neste trabalho, embora tenha ocorrido um avanço significativo das políticas públicas para a inclusão e garantia dos direitos das pessoas com deficiência, nossa sociedade ainda se encontra presa a concepções ultrapassadas que excluem e invisibilizam estes indivíduos, que buscam concretizar seus objetivos de vida como qualquer outro ser humano, além disso, serem percebidos como protagonistas de suas vidas.

Diante dos dados coletados nas entrevistas, podemos afirmar que a

Universidade Federal da Paraíba carece de melhorias principalmente em relação a estrutura física, ou em outras palavras, precisa atender aos requisitos mínimos de acessibilidade arquitetônica. Assim como, necessita preparar adequadamente os funcionários, e principalmente, os docentes que tem relação direta com a aprendizagem dos estudantes com deficiência, para acolher e pensar estratégias para superar as barreiras atitudinais, e no contexto da sala de aula, as barreiras pedagógicas.

Constata-se que a UFPB parece ter um desempenho insatisfatório para atender as necessidades básicas de acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes com deficiência. Sendo assim, a universidade não cumpre o seu papel de promover condições mínimas de assistência, assim como, igualdade de acesso e permanência, adotando as inúmeras barreiras citadas nos depoimentos dos entrevistados e não dispõe um ambiente inclusivo e acolhedor para receber os estudantes com necessidades educacionais especiais.

Com a realização desse estudo, buscamos colaborar para diminuir, principalmente, as barreiras atitudinais que os estudantes com deficiência enfrentam para conseguir concluir um curso de ensino superior com êxito. Além disso, ao divulgar os depoimentos desses indivíduos, tentamos sensibilizar toda a comunidade acadêmica para que se reflita as atitudes excludentes adotadas cotidianamente, mostrando como isto pode interferir diretamente no desempenho acadêmico e pessoal dos mesmos.

Buscamos promover ainda, a discussão da importância da presença e visibilidade de pessoas com deficiência na universidade. Portanto, visamos, com esta pesquisa, contribuir na reflexão e adoção de novas posturas, da parte das instituições de ensino superior e seus profissionais para atender as necessidades educacionais dos estudantes com deficiência.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Rio de Janeiro: Edições 70 LDA, 1977.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008. Brasília.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC; SEESP, 2001.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. **Decreto de Acessibilidade**, Diário Oficial, Brasília, DF, dez. 2004. Seção 1, p.1.

BRASIL. Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. **Lei de Acessibilidade**, Brasília, DF, dez. 2000.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão**, Brasília, DF, jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências**. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, abril 2002.

BRASIL. Decreto nº 7.611, DE 17 de Novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, abril 2011.

BRASIL. Portaria nº 2.678, DE 24 de Setembro DE 2002. **Aprova o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e recomenda o seu uso em todo o território nacional**. Brasília, DF, set. 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB 2/2001**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, p. 39-40

BRASIL. LEI Nº 13.409, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016. **Dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino**. Diário Oficial da União, Brasília, dez. 2016. Seção 1 p. 3.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Portaria nº 1793, de 27 de dezembro de 1994. **Recomenda a inclusão da disciplina "Aspectos Ético-Político-Educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de**

Necessidades Especiais" prioritariamente nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as Licenciaturas. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 dez. 1994.

COUTINHO, M. M. DE A. **A inclusão da pessoa com deficiência visual na educação superior e a construção de suas identidades**. UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO, CAMPO GRANDE/MS. 2011. p.1 -104

COSTA, F. B. A invisibilidade social: Pesquisa mostra que a invisibilidade pública está especialmente ligada à segregação das classes sociais. **Jornal da UEM Nº 108**: dez. 2012. Entrevista concedida a Vanessa Hartmann. Disponível em: <<http://www.jornal.uem.br/2011/index.php/edicoes-2012/94-jornal-108-dezembro2012/861-a-invisibilidade-social>> Acesso em 10 de abril de 2019.

COSTA, L. M. de L. CABRAL, R. do P.. **Para um mundo acessível**: mudando a forma de olhar para a deficiência. disponível em: <http://abpmc.org.br/arquivos/textos/1523217415045b75cb8.pdf> acesso em 02/04/2019.

DANTAS, T. C. ; SILVA, M. L. Direito das pessoas com Deficiência à educação: o desenvolvimento do marco legal brasileiro na década de 2000. In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL/ VII ENCONTRO NACIONAL DOS PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. São Carlos/ SP. Universidade Federal de São Carlos. 2012.

DANTAS, T. C. **Panorama Histórico da Educação da Pessoa com Deficiência no Brasil: caminhos da inclusão**. II Seminário Internacional sobre Exclusão, Inclusão e Diversidade 2011, João Pessoa.

DINIZ, D.; PEREIRA, L. B.; SANTOS, W. R. dos. **Deficiência, direitos humanos e justiça**. 2009.

DINIZ, D. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense.2007.

FERREIRA, W. B. **Invisibilidade, crenças e rótulos...** reflexão sobre a profecia do fracasso educacional na vida de jovens com deficiência. In: IV Congresso Brasileiro sobre Síndrome de Down Família, a gente da inclusão. Bahia. 2004.

FERREIRA, S.L. A inclusão na Universidade Estadual de Londrina. CONGRESSO BRASILEIRO MULTIDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - Novos Rumos da Educação Especial, 3, 2002, Londrina. **Anais....** Londrina, 2002.

FERREIRA, W. B. **Direitos da pessoa com deficiência e inclusão nas escolas**. [S.l.: s.n.], 2008. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/03/03_ferreira_direitos_deficiencia.pdf. Acesso em: 05 de mar.2019.

FERREIRA, S. L. **Ingresso, permanência e competência**: uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, Jan.-Abr. 2007, v.13, n.1, p.43-60

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil_metodos_de_pesquisa.pdf>. Acesso em: 05 abril. 2016.

GOFFMAN, E. **Estigma**: Estigma notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. LTC, 1981.

LAPLANE, A. L. F. Notas para uma análise dos discursos sobre inclusão escolar. In: GÓES, M. C. R. e LAPLANE, A. L. F. (Orgs.) **Políticas e práticas de educação inclusiva**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 5-20.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

MELLO, A. G. de. O que é capacitismo. **Inclusive**: inclusão e cidadania. 2016. Disponível em: <http://www.inclusive.org.br/arquivos/29958> acesso em 21/03/2019.

MELLO, A. G. de. MOZZI, G. de. A favor da deficiência nos estudos interseccionais de matriz feminista. ROSA, M. V. de F. et al. (Org.) In: **Políticas públicas, relações de gênero, diversidade sexual e raça na perspectiva interseccional**. 1. ed. Porto Alegre: Secco Editora, 2018. p. 17-30.

MELLO, A. G. de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência & saúde coletiva** [online]. 2016, vol.21, n.10, pp.3265-3276. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-81232016001003265&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 06 de mar. 2019

MINAYO, M. C. de S. et al. (Org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MOREIRA, L.C.; BOLSANELLO, M A; SEGER, R. G.. Ingresso e permanência na Universidade: alunos com deficiências em foco. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 125-143. 2011. Editora UFPR.

RIBAS, João B. C. **O que são pessoas deficientes?** São Paulo: Editora Brasiliense. Coleção primeiros 89 passos, 1985.

ROCHA, T. B.; MIRANDA, T. G. Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de ensino superior. **Revista Educação Especial** v. 22, n. 34, p. 197-212, maio/ago. 2009, Santa Maria.

RODRIGUES JUNIOR, G. J. (In)visibilidade social o jogo dramático entre visibilidade e invisibilidade dos atores sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GRUPOS PET, 11., 2006, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2006. p. 1-12.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TARTUCI, T. M.; FLORES, M. M. Lopes. Acessibilidade física no ensino superior – as trilhas da inclusão. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DA REGIONAL CATALÃO (2: 2014 : Goiás) Coletânea Interdisciplinar em Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - Volume 2 : Humanidades e Letras. **Anais** [livro eletrônico] / organizado por Adriana Freitas Neves, Idelvone Mendes Ferreira, Maria Helena de Paula, Petrus Henrique Ribeiro dos Anjos. São Paulo: Blucher, 2015. p. 291-306.

THOMA, A. da S. A inclusão no ensino superior: ninguém foi preparado para trabalhar com esses alunos (...) Isso exige certamente uma política especial... In: **Reunião Anual de Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação**. Caxambu. Anais da 29ª reunião da ANPED. 2006

APÊNDICES

APÊNDICE A

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Dados: Iniciais; Idade; Ano de ingresso; Período em curso; Curso; Tipo de deficiência; Tipo de escola que estudou.

1. Quais dificuldades são enfrentadas em relação a sua locomoção, dentro do campus e até a chegada à sala de aula?
2. Na sua opinião, a UFPB oferece estrutura adequada para receber estudantes com deficiência? Comente.
3. Como você avalia a metodologia dos professores em relação a tornar os conteúdos acessíveis aos estudantes com deficiência. Comente
4. De que forma você tem acesso aos conteúdos ministrados nas disciplinas que você cursou ou está cursando atualmente.
5. Você consegue trabalhar com diferentes grupos na sala de aula? Comente.
6. Como se dá a relação com o aluno apoiador, e para você, qual a importância deste no decorrer de sua formação.
7. Como os recursos de tecnologia assistiva tem contribuído para melhoria da acessibilidade aos conteúdos e informações?
8. Na sua concepção o que é acessibilidade?
9. Quais condições de acessibilidade são oferecidas a você pela UFPB ao longo de sua formação e como você avalia estas condições.
10. O que você entende por inclusão social?
11. Você se sente incluído dentro da UFPB? Porque?

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu,

em pleno exercício dos meus direitos me disponho a participar da Pesquisa “**EXPERIÊNCIAS DE INVISIBILIDADE: DISCUTINDO A ACESSIBILIDADE DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA UFPB**” e está sendo desenvolvida por *Dandara Wanessa Nascimento Gomes Lira*, do Curso de *Pedagogia* da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do(a) Prof(a) **Adenize Queiroz Farias**.

Declaro ser esclarecido e estar de acordo com os seguintes pontos:

- **Os objetivos da pesquisa são:** Explicitar experiências, que evidenciam a invisibilidade de estudantes com deficiência no ensino superior. Investigar a opinião dos alunos com deficiência, acerca de, como estes são percebidos pela comunidade acadêmica da UFPB; Registrar os relatos dos estudantes com deficiência em relação as melhorias na estrutura física, com vistas a garantia de condições de acesso e permanência na universidade; Apresentar as principais dificuldades de interação e participação dos estudantes com deficiência na academia; Discutir a importância da acessibilidade atitudinal para o processo de aprendizagem destes estudantes.
- Solicitamos a sua colaboração para responder a uma entrevista semiestruturada, a qual levará em média trinta minutos de duração, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto. Informamos que conforme a resolutiva 466/12, toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados. Neste caso, os possíveis riscos o constrangimento e a repressão. Os participantes no momento da coleta dos dados podem se sentirem desconfortáveis com a entrevista, sendo esta interrompida imediatamente pelo entrevistador, sem que haja qualquer dano para a pesquisa e o participante.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes desta pesquisa, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

João Pessoa, ____ de ____ de ____.